

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 17 – Setembro/2018



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

Boletim de Finanças Públicas – Nº 17 – Setembro/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Autor(es):

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

José Freire Junior (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

A Série **Boletim de Finanças Públicas**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é bimestral, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado. Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim é dividido em quatro blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo as notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas e, finalmente, o quarto às despesas e investimentos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE
2018

Boletim de Finanças Públicas / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2018.

ISSN: 2594-8695

SUMÁRIO

1. Sumário Executivo, 3
2. Notas Metodológicas, 5
3. Receitas Correntes, 6
4. Despesas Correntes e de Investimentos, 11

1. Sumário Executivo

- ✓ A RCL, do período de outubro de 2017 a setembro de 2018, caiu, em termos reais, 1,91%, comparativamente aos doze meses anteriores.
- ✓ Descontadas as receitas excepcionais registradas no fim de 2016¹ haveria um crescimento de 4,20% na RCL dos últimos doze meses.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais⁽¹⁾, valores acumulados em doze meses (R\$ 1.000,00 de ago./2018)

Discriminação	Out/2016 a Set/2017	Out/2017 a Set/2018	?	?%
Receita Corrente Líquida	19,349,652	18,980,092	-369,560	-1.91
ICMS	9,781,357	10,249,516	468,159	4.79
FPE	5,742,798	5,310,577	-432,221	-7.53
IPVA	766,507	795,455	28,948	3.78
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	16,421,431	17,065,317	643,887	3.92
DTP	7,895,919	8,017,800	121,881	1.54
Despesa com pessoal ativo	6,414,998	6,720,871	305,872	4.77
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	2,166,014	2,267,809	101,795	4.70
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1,068,685	1,526,522	457,837	42.84
Despesas com Terceirizações	1,560,496	1,643,905	83,409	5.35
Juros e Amortizações	1,264,891	1,639,556	374,665	29.62
Investimentos	2,199,797	2,918,126	718,329	32.65

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

- ✓ As receitas de ICMS foram influenciadas pelo aumento da alíquota de 17% para 18% e pela recuperação da economia.
- ✓ A queda do FPE de 7,53% é uma decorrência das receitas não recorrentes da repatriação de recursos no final de 2016.
- ✓ As Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais cresceram 3,92%.
- ✓ O baixo crescimento da Despesa Total com Pessoal é justificado pelo crescimento de 42,84% dos inativos com recursos vinculados.

¹ No caso, durante os meses de novembro e dezembro de 2016, houve um crescimento não-recorrente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em virtude da entrada de recursos da repatriação, e, também, da maior arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Isso acabou contribuindo significativamente para o resultado apresentado na Tabela 1, pois, elevaram a base de comparação (i.e., o valor da RCL no período entre ago./2016 e jul./2017).

- ✓ Os investimentos do Governo do Estado cresceram de 32,65% nos últimos doze meses.
- ✓ No acumulado até setembro de 2018, ver Tabela 2, observa-se um crescimento de 2,59% da RCL do Estado em relação a 2017. Nesse sentido o ICMS, IPVA e FPE cresceram em relação ao acumulado do ano anterior.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano até Setembro (R\$ 1.000,00 de Set./2018)

Discriminação	Acumulado no Ano		?	?%
	Até Set/2017	Até Set/2018		
Receita Corrente Líquida	13,618,474	13,970,604	352,130	2.59
ICMS	7,299,228	7,493,039	193,811	2.66
FPE	3,909,084	4,021,664	112,580	2.88
IPVA	737,232	757,644	20,412	2.77
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	11,561,034	12,311,350	750,316	6.49
DTP	5,661,608	5,841,847	180,239	3.18
Despesa com pessoal ativo	4,616,175	4,940,782	324,607	7.03
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1,597,507	1,671,137	73,631	4.61
(-) Inativos com Recursos Vinculados	793,730	1,130,578	336,848	42.44
Despesas com Terceirizações	1,004,758	1,079,394	74,636	7.43
Juros e Amortizações	893,275	1,025,489	132,214	14.80
Investimentos	1,426,299	1,800,017	373,719	26.20

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

- ✓ As Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais, acumuladas até setembro, cresceram 6,49%, frente a idêntico período do ano anterior.
- ✓ A despesa com pessoal ativo cresceu 7,03%, com pessoal inativo e pensionista 4,61% e o pagamento de inativos com recursos vinculados 42,44%.
- ✓ Os investimentos, em 2018, apresentam uma alta de 26,20%, quando se compara o acumulado até setembro de 2018 com idêntico período do ano anterior.

2. Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

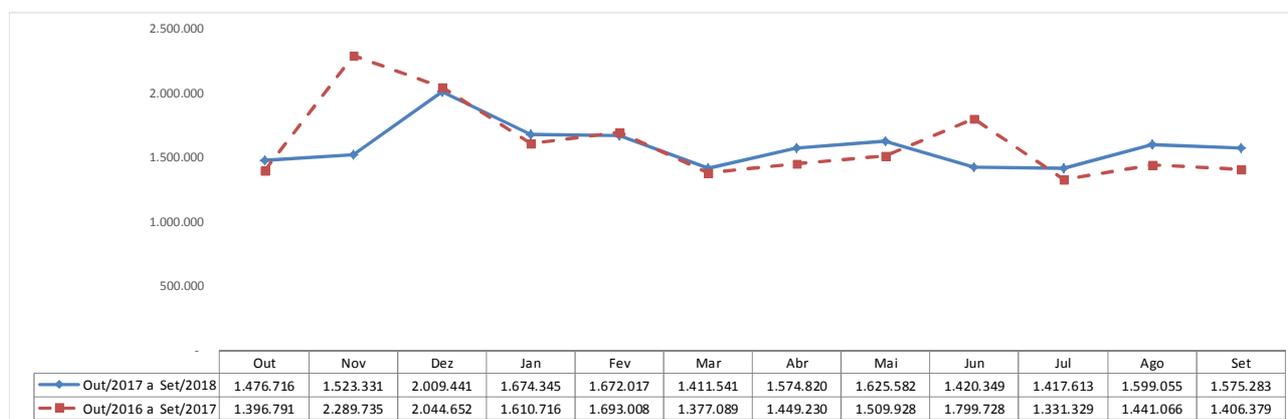
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e **todos os valores foram atualizados pelo IPCA** do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

3. Receitas Correntes

- ✓ A RCL do período de outubro de 2017 a setembro de 2018, ver Figura 1, somou R\$ 18,98 bilhões, contra R\$ 19,35 bilhões do período anterior, isto é, houve uma queda, em termos reais, de 1,91% da RCL quando comparado entre os dois períodos.
- ✓ A RCL de Novembro e Dezembro de 2016 foi afetada pelas receitas oriundas dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) dos recursos arrecadados pela União com a repatriação de recursos (mais de R\$ 583 milhões) e da arrecadação de mais de R\$ 553 milhões com ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos).

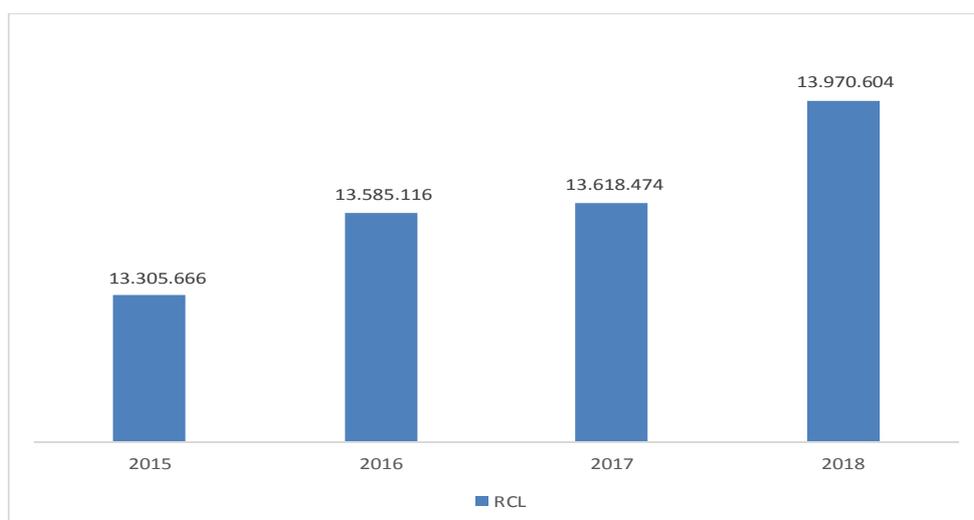
Figura 1: Receita Corrente Líquida de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Nos primeiros nove meses de 2018, em sete a RCL foi superior, em termos reais, à verificada um ano antes (Figura 1). Especificamente, nos meses de agosto e setembro de 2018, verificou-se uma receita, 11,48% maior que nos mesmos meses do ano anterior, o que equivale a uma elevação de cerca de R\$ 326 milhões (a preços de set/2018).
- ✓ É interessante observar que houve uma queda, de quase R\$ 400 milhões, da RCL no mês de junho de 2018 (comparativamente a junho de 2017).
- ✓ Em junho de 2017, as receitas foram mais altas por conta do lançamento o Programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS) e, em junho de 2018, as receitas foram negativamente afetadas pela greve dos caminhoneiros em maio de 2018.
- ✓ No acumulado até setembro, ver Figura 2, a RCL está 2,59% superior a de um ano antes.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)

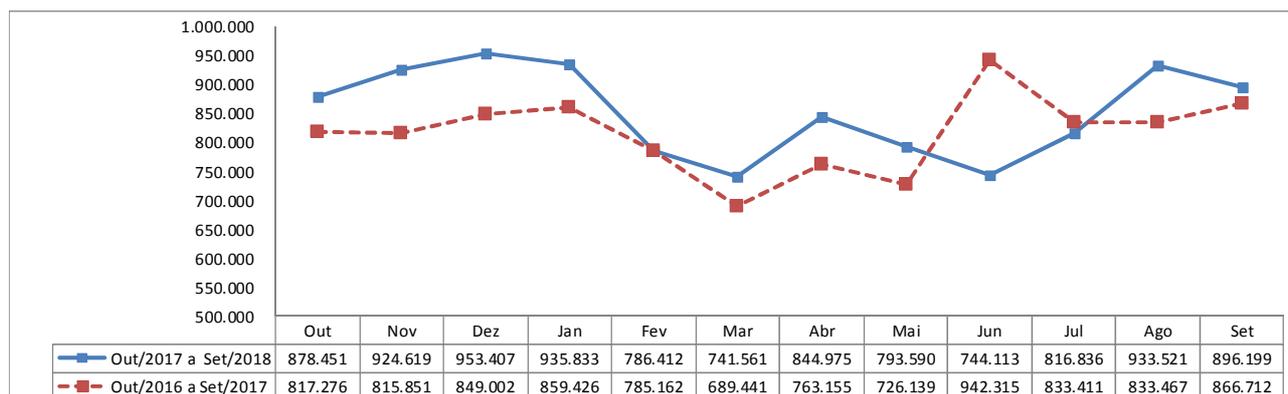


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de julho de cada ano.

- ✓ A arrecadação de ICMS, entre outubro de 2017 e setembro de 2018, cresceu 4,79% acima da inflação, quando se comparam os dois períodos.
- ✓ A alíquota modal² de ICMS foi majorada de 17% para 18%, em abril de 2017³.
- ✓ A economia cearense cresceu 2,18% no acumulado dos quatro trimestres encerrados em junho de 2018 (Boletim da Conjuntura Econômica Cearense – 2º Trimestre 2018).

Figura 3: Arrecadação de ICMS de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

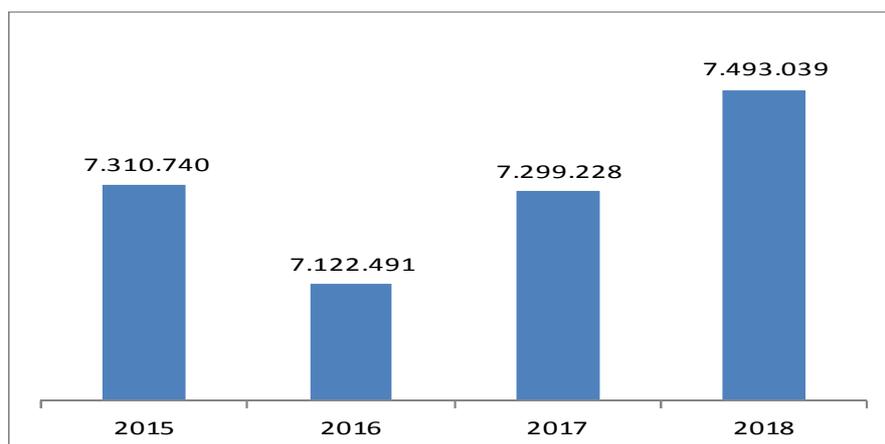
- ✓ Devido ao REFIS 2017 a arrecadação do ICMS em junho de 2017 foi superior àquela ocorrida em junho de 2018.

² Essa alíquota não engloba combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, ver Lei nº 16.177/2016.

³ No período de ago/2017 a jul/2018 vigorou a alíquota de 18%, já no período anterior essa alíquota vigorou por apenas 4 meses.

- ✓ A greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018⁴, influenciou negativamente a arrecadação de ICMS em junho de 2018.
- ✓ A arrecadação de ICMS, no acumulado até setembro de 2018, cresceu 2,66%, quando compara-se com 2017. Comparativamente, a economia cearense cresceu, até junho de 2018, 0,88% no acumulado do ano.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)

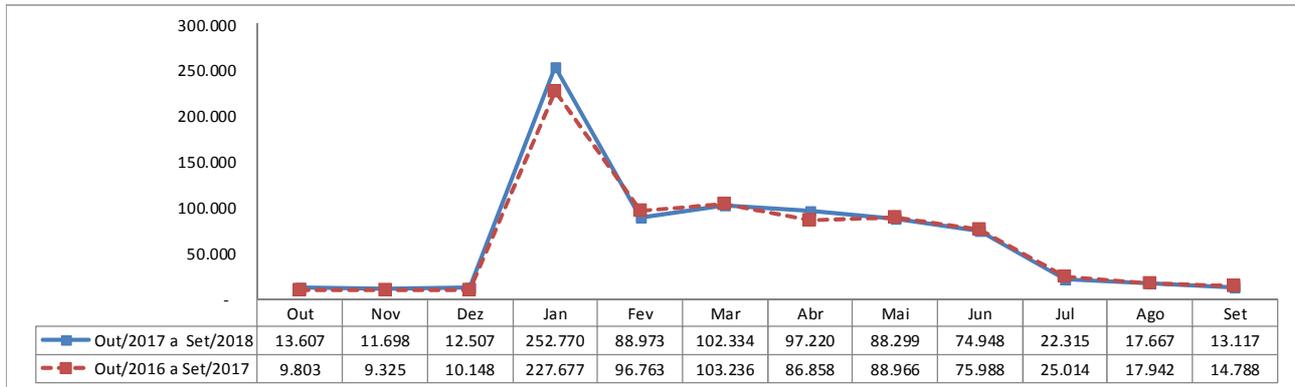


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A arrecadação do IPVA, no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, ver Figura 6, teve incremento, descontada a inflação, de R\$ 28,94 milhões (a preços de setembro de 2018) em relação ao período anterior, isto equivale a um aumento de 3,78%.
- ✓ Destaque-se o mês de janeiro de 2018 em que se arrecadou 11,02% a mais que o mesmo período do ano anterior, o que sugere uma maior adesão ao pagamento da cota única do IPVA ocorreu no ano de 2018.

⁴ Os fatos que geram arrecadação do mês t ocorrem no mês t-1. Ou seja, a greve em maio inibiu a atividade econômica desse mês, resultando em menor arrecadação em junho.

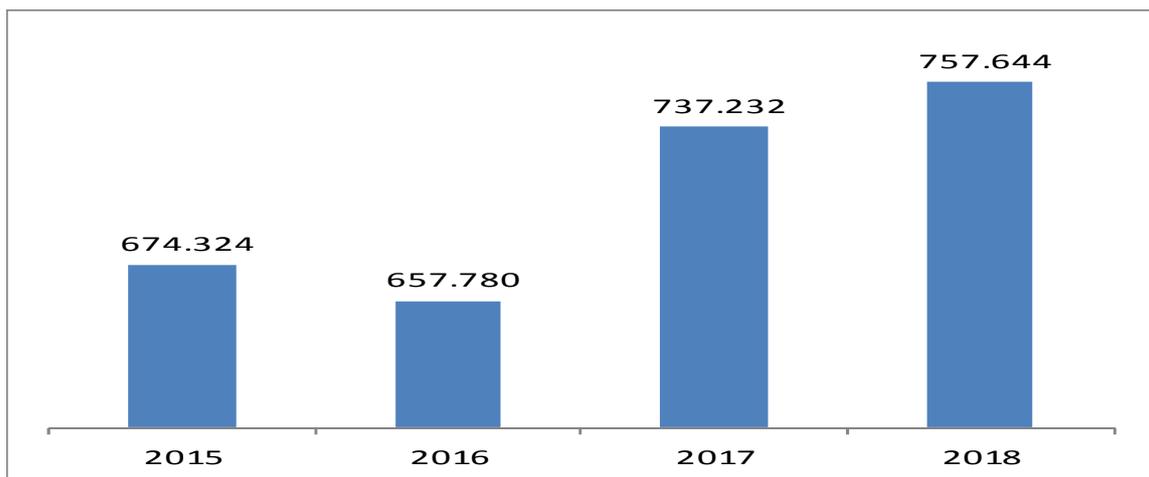
Figura 5: Arrecadação de IPVA de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado nos oito primeiros meses do ano, de acordo com a Figura 7, a arrecadação de IPVA é a maior registrada, sendo 2,77% maior que a de 2017.

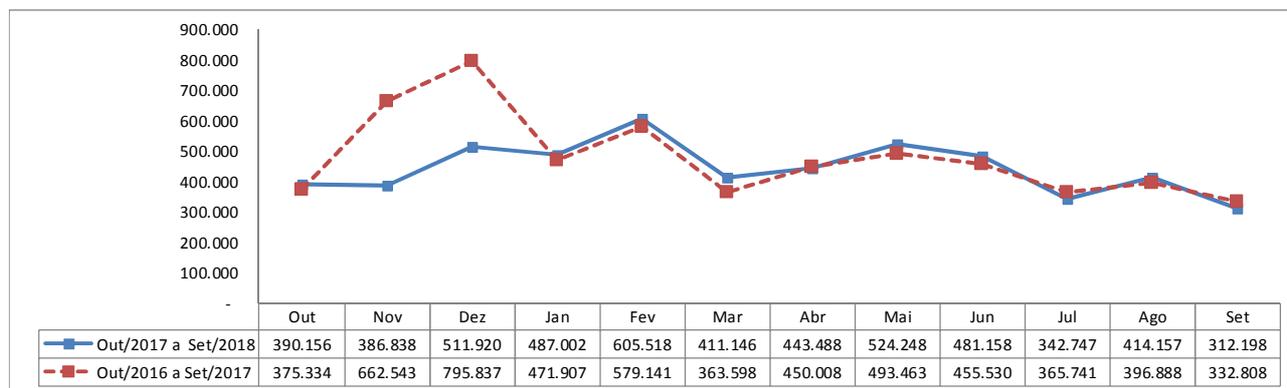
Figura 6: Arrecadação de IPVA acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Os valores transferidos pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), exceto pelos meses de novembro e dezembro de 2017 e abril, julho e setembro de 2018, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior (ver Figura 7).
- ✓ A retomada da atividade econômica nacional tem contribuído para o crescimento dos repasses do FPE.

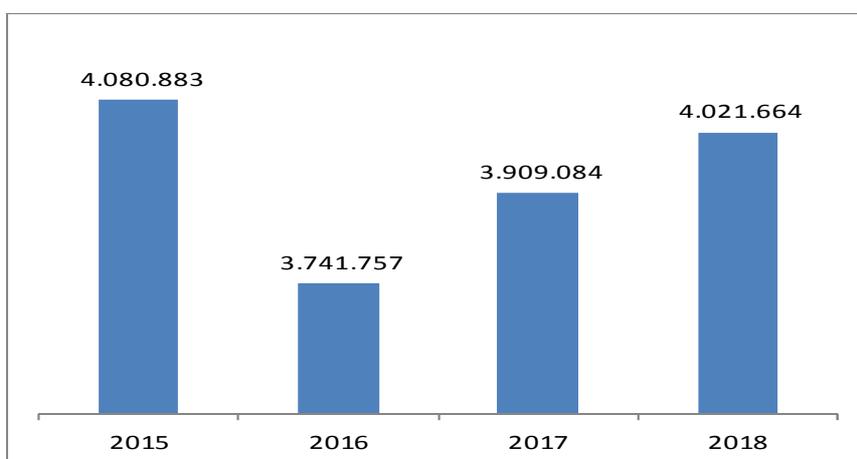
Figura 7: Receitas transferidas do FPE de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até setembro, ver Figura 8, as transferências do FPE cresceram R\$ 112,58 milhões, que equivale a 2,88%, em termos reais, entre 2017 e 2018.
- ✓ Os recursos do FPE, em 2018, ainda são R\$ 59,2 milhões inferior ao registrado em 2015 (a preços de set/2018).

Figura 8: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)



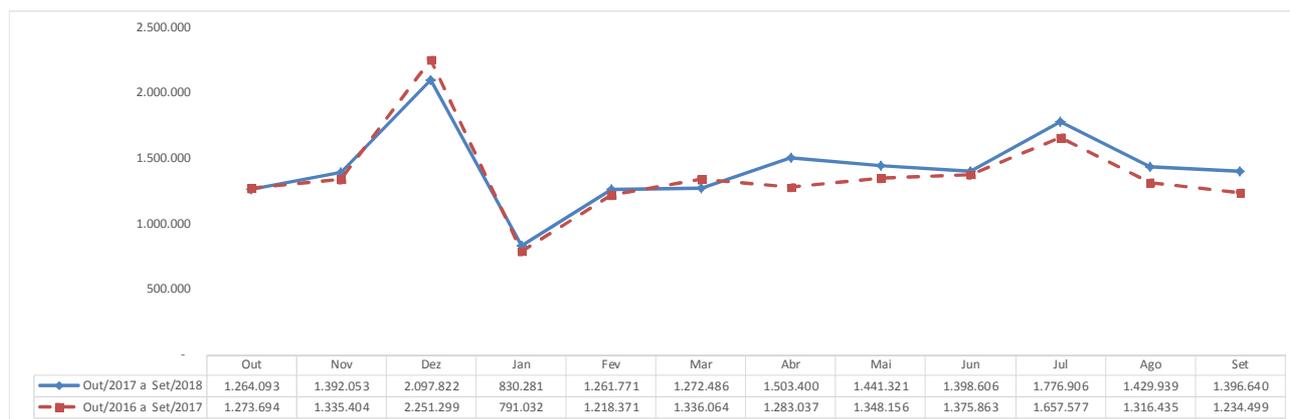
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ As receitas do Governo do Estado, nos últimos doze meses, foram positivamente influenciadas pela recuperação da economia estadual e nacional e pela majoração das alíquotas do ICMS.
- ✓ Receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro de 2016 contribuíram para um significativo incremento das receitas correntes do estado.

4. Despesas Correntes e de Investimentos

- ✓ As despesas correntes líquidas das transferências constitucionais, no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, cresceram R\$ 643,88 milhões (a preços de setembro de 2018), isto é, 3,92%, em termos reais, em relação ao período anterior.

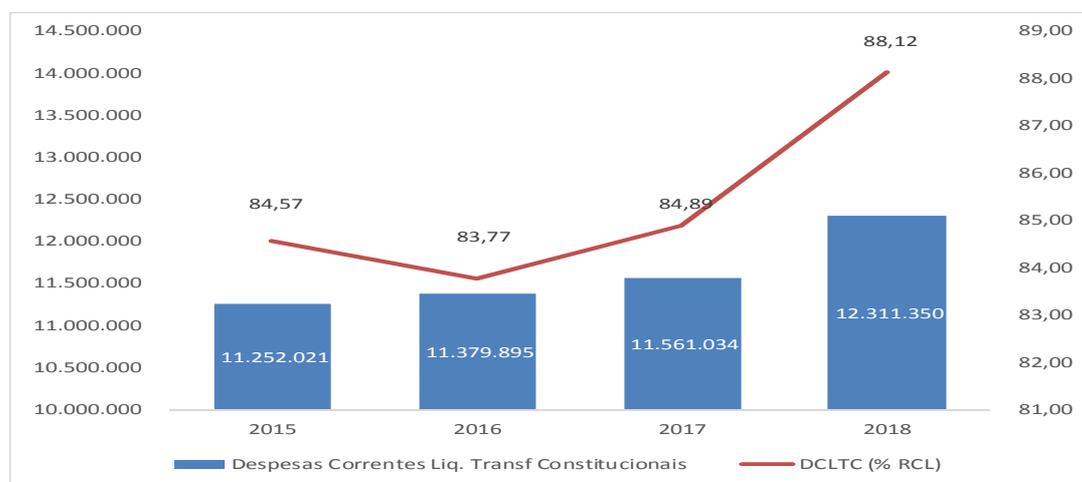
Figura 9: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ As despesas correntes líquidas das transferências constitucionais comprometeram, até setembro do ano de 2018, 88,12% da RCL (ver Figura 10).
- ✓ As despesas correntes líquidas acumuladas nos nove primeiros meses de 2018, em relação aos três anos anteriores, superou em 6,49% o ano de 2017 e 9,41% o ano de 2015.

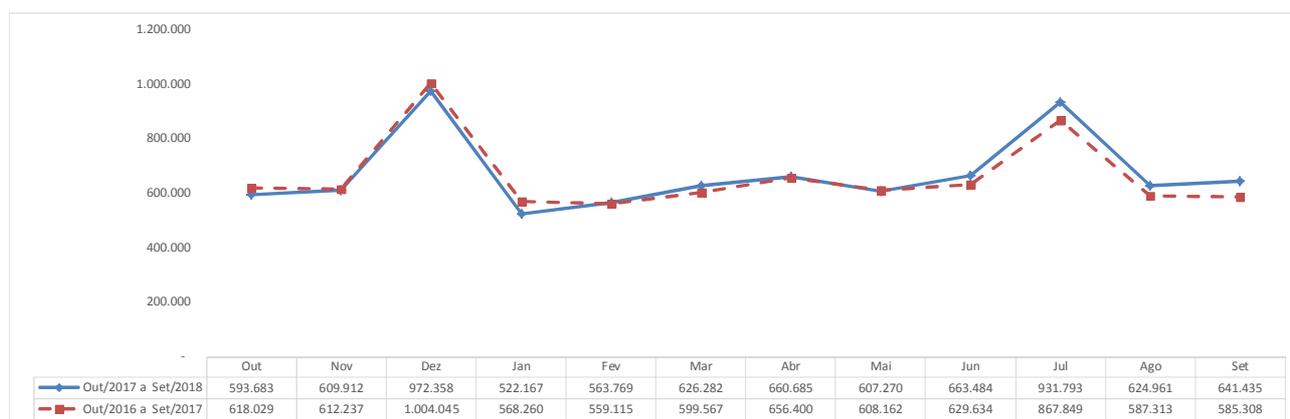
Figura 10: Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais acumulada até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A Despesa Total com Pessoal (DTP), no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, totalizaram R\$ 8,01 bilhões (a preços de set/2018), valor 1,54% superior, em termos reais, ao observado no período anterior (Figura 11).
- ✓ A DTP, nos últimos doze meses, representou 42,24% da Receita Corrente Líquida (RCL).. Porém, no período anterior esse indicador representava 40,81% da RCL⁵. O limite de alerta estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é de 43,74% da RCL.

Figura 11: Despesa Total com Pessoal (DTP) de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



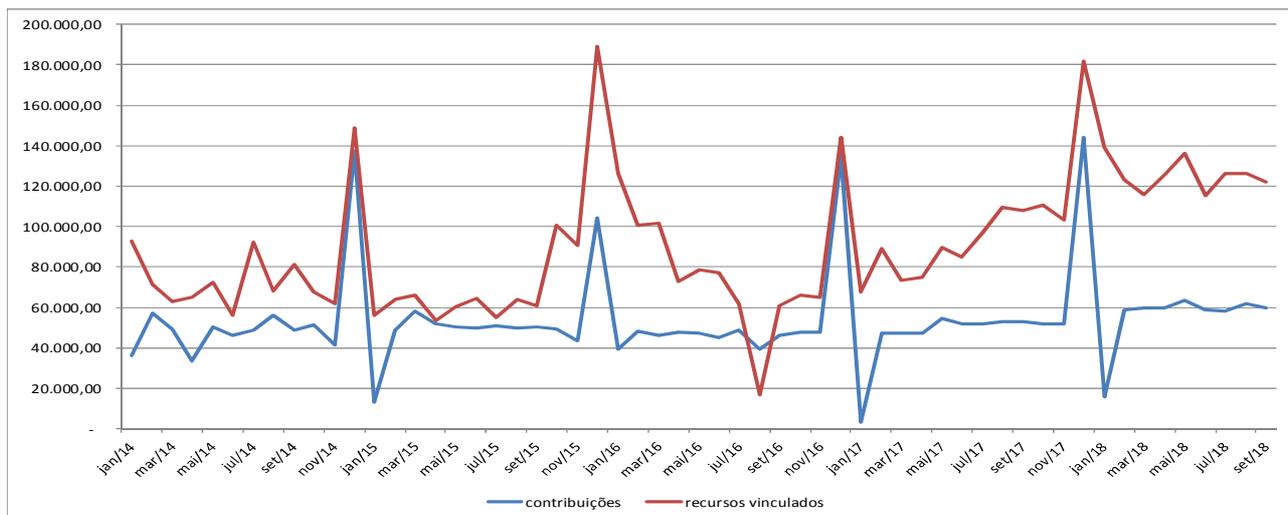
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

- ✓ O pagamento de aposentadorias com recursos oriundos das contribuições previdenciárias contribui, significativamente, para que a despesa com pessoal ficasse abaixo do limite de alerta.
- ✓ Entre março e maio de 2017, o pagamento de inativos com recursos vinculados passou a ter um comportamento distinto do observado com as receitas de contribuições (Figura 12).
- ✓ Comparando-se o período de outubro de 2017 a setembro de 2018 com o período anterior, constata-se que o pagamento de inativos com recursos vinculados cresceu 42,84%.

⁵ Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

Figura 12: Pagamento de Inativos com Recursos Vinculados e Receitas de Contribuições (R\$ 1.000 de set/2018)

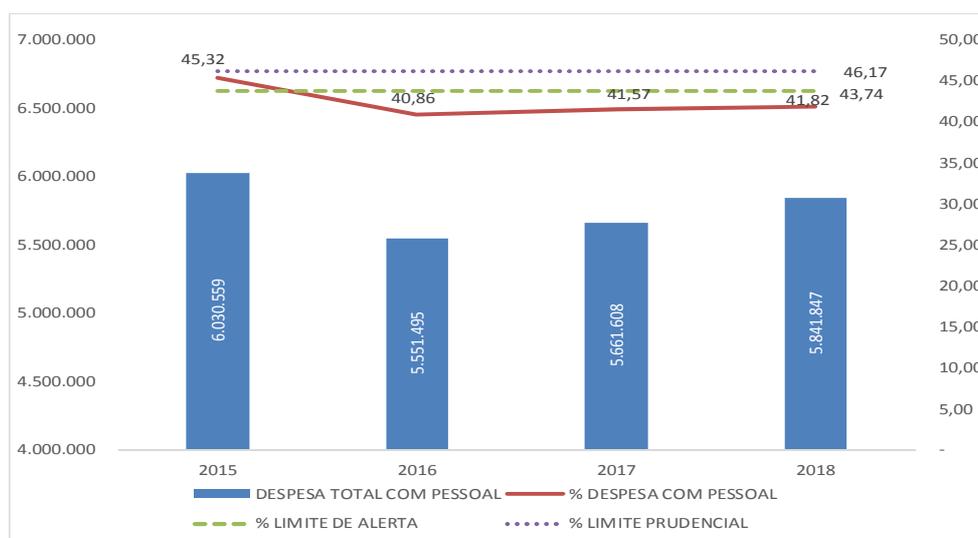


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Só foram consideradas as contribuições dos empregados.

- ✓ As despesas com pessoal acumulada até setembro de 2018, ver Figura 13, foram inferiores em 3,13% as despesas com pessoal em 2015 e 3,18% maiores que as de 2017.
- ✓ Parte dessa redução pode ser atribuída à majoração da alíquota previdenciária do Estado que, no ano de 2018, passou a ser de 13%, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 159/2016.
- ✓ As despesas com pessoal, relativamente à RCL, estão abaixo do nível de alerta da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- ✓ O crescimento dos pagamentos de inativos com recursos vinculados (42,44%) tem contribuído, de forma significativa, para o cumprimento desses limites.

Figura 13: Despesa com Pessoal acumulada até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)

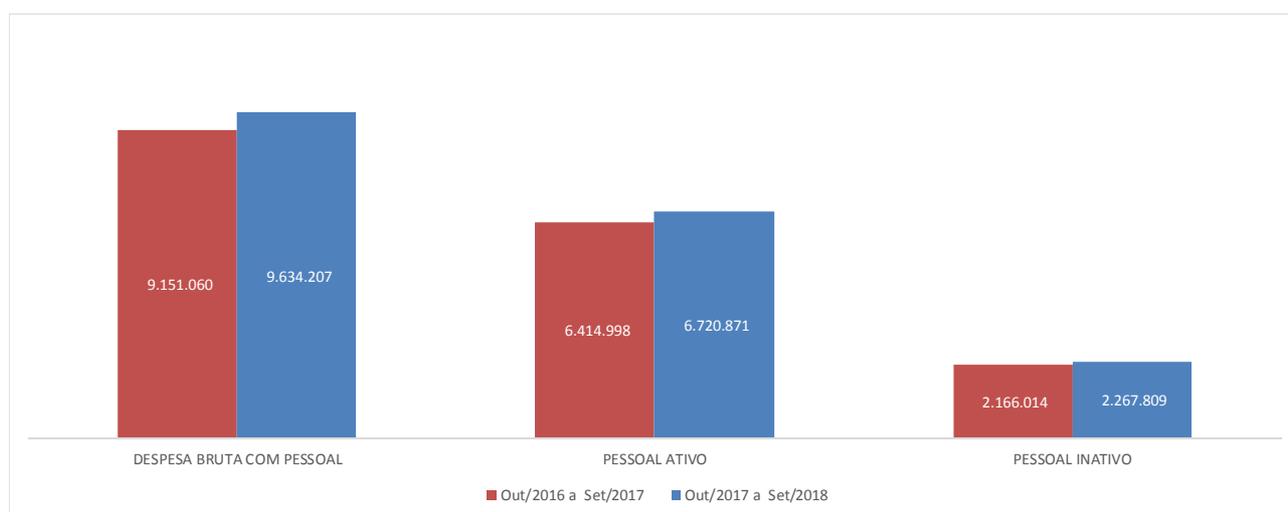


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

- ✓ A despesa com pessoal ativo apresentou um incremento, entre outubro de 2017 e setembro de 2018, de 4,77%, ver Figura 14.
- ✓ A despesa com pessoal inativo cresceu 4,70% em relação ao idêntico período do ano anterior.

Figura 14: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)

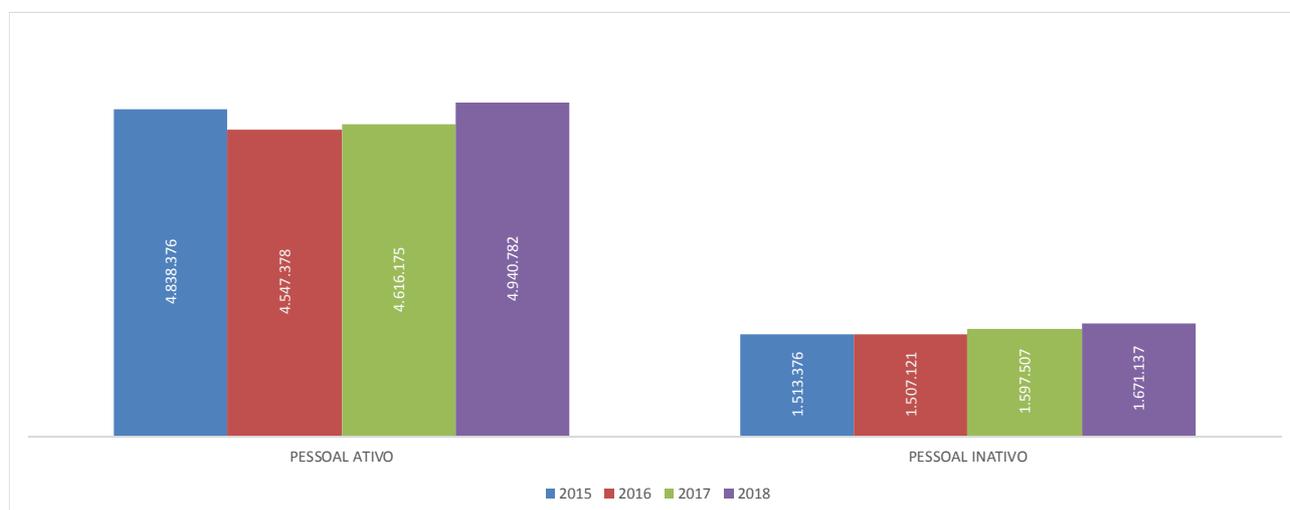


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A despesa com pessoal ativo acumulada até setembro de 2018, apresentada na Figura 15, encontra-se 2,12% superior ao observado em 2015. Relativamente a 2017 essa despesa cresceu 7,03%.

- ✓ A despesa com pessoal inativo, acumulada até setembro de 2018, cresceu 10,42%, em relação a 2015. Relativamente a 2017 essa despesa cresceu 4,61%.

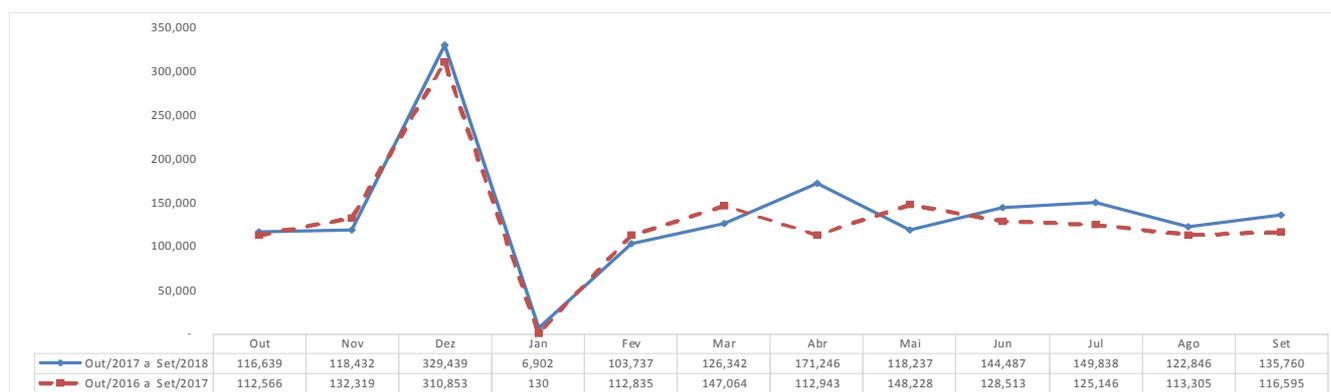
Figura 15: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A despesa de locação de mão de obra, apresentada na Figura 16, no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, foi de R\$ 1,64 bilhão, valor 5,35% superior ao verificado nos doze meses anteriores.
- ✓ A despesa com locação de mão-de-obra equivale a 8,66% da RCL dos últimos doze meses.

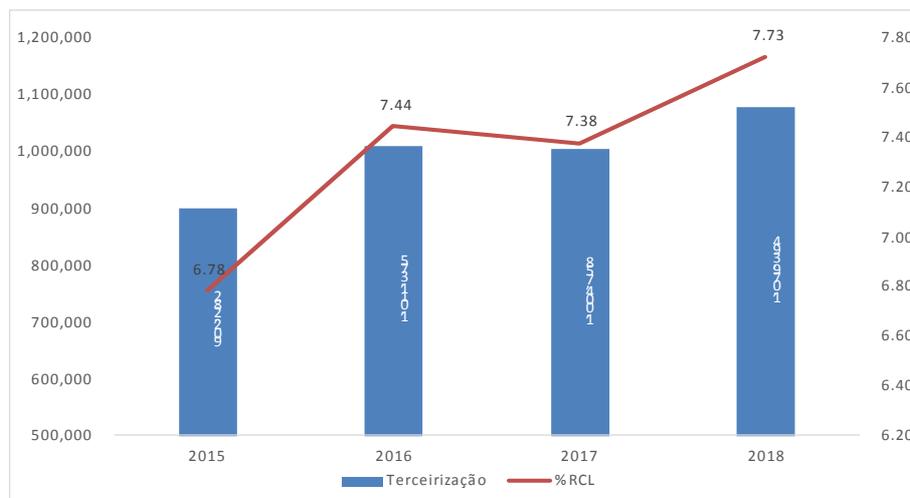
Figura 16: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços de outubro de 2017 a Setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até setembro de 2018 os gastos com terceirização estão 7,43% maiores, descontada a inflação, que do ano anterior (Figura 17).
- ✓ Em 2018, até setembro, os gastos com terceirização comprometeram 7,73% da RCL.

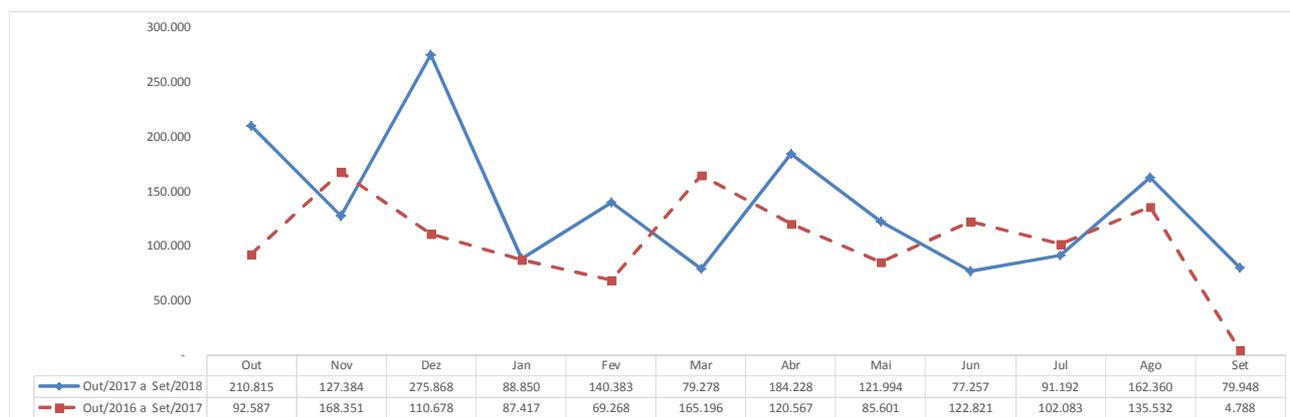
Figura 17: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Os pagamentos de juros e amortizações da dívida estadual, entre outubro de 2017 e setembro de 2018, totalizaram R\$ 1,64 bilhão (a preços de setembro de 2018), valor 29,62% superior ao dos doze meses anteriores (ver Figura 19).
- ✓ Os pagamentos de juros e amortizações comprometeram, nos últimos doze meses 8,64% da RCL e, no período anterior, 6,54%.
- ✓ O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.
- ✓ Nos meses de outubro e dezembro de 2017, fevereiro, abril, maio, agosto e setembro de 2018 os pagamentos de juros e amortizações foram significativamente superiores aos meses similares do período imediatamente anterior.

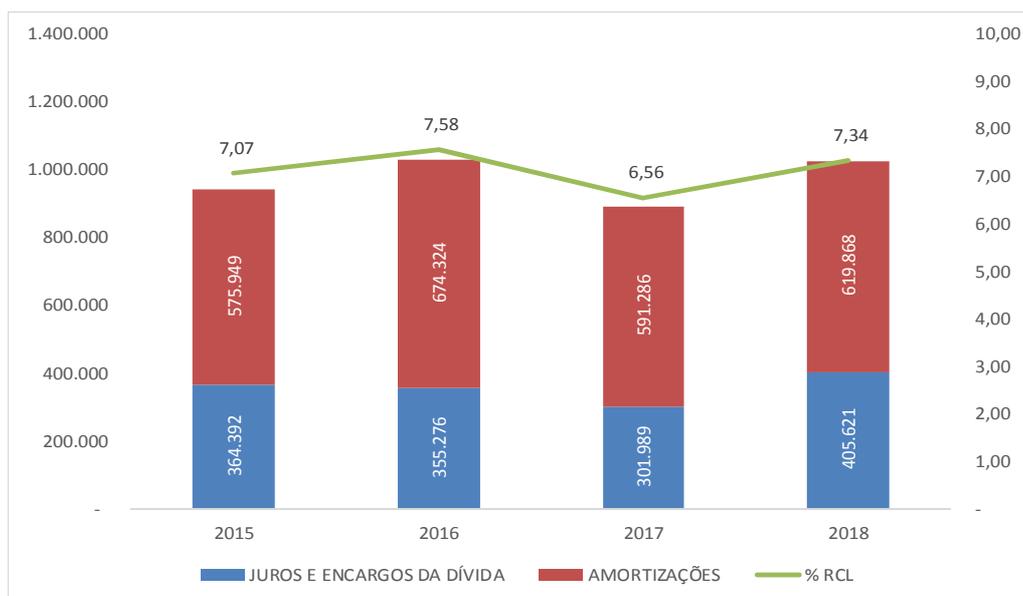
Figura 18: Despesas com Juros e Amortizações de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até setembro de 2018 foram pagos, aproximadamente, R\$ 1.025 milhões, de juros e amortizações, representando 7,43% da RCL (Figura 19).

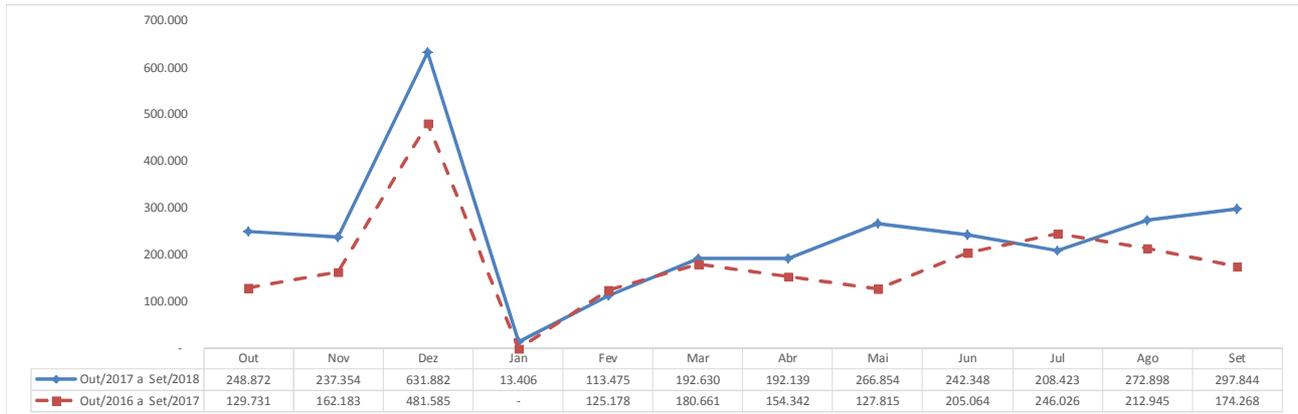
Figura 19: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Os investimentos, no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, superaram em, aproximadamente, R\$ 718 milhões (32,65% a mais) os do período imediatamente anterior (Figura 20).
- ✓ Nos últimos três meses de 2017 os investimentos foram 44,5% maiores que os observados nesses mesmos meses do ano anterior.
- ✓ Nos meses de abril e maio de 2018, verificou-se uma elevação real de 62,6% em relação ao mesmo bimestre de 2017.

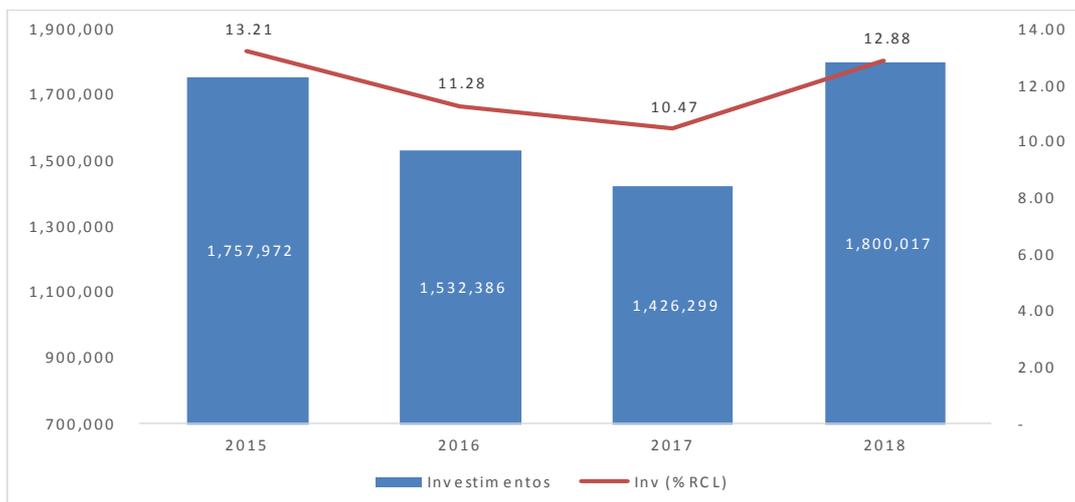
Figura 20: Investimentos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até setembro, os investimentos, ver Figura 22, de 2018 estão 2,39% superiores aos de 2015.
- ✓ No acumulado até setembro, os investimentos de 2018 estão 26,20% maiores que os de 2017.
- ✓ As despesas com investimentos, em 2018, representaram 12,88% da RCL acumulada no ano até setembro.

Figura 21: Investimentos acumulados até setembro (R\$ 1.000,00 de set/2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.